

Editora Solução
a solução para o seu concurso!

GUARATINGUETÁ-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE GUARATINGUETÁ-SÃO PAULO

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I
ENSINO FUNDAMENTAL

- Língua Portuguesa
- Matemática
- Conhecimentos Pedagógicos e Legislação
- Legislação Educacional

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2026

BÔNUS
ÁREA DO CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41 ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO

Editora Soluçã®

A solução para o seu concurso!

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- Questões gabaritadas
- Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Adquira agora o material completo.

www.editorasolucao.com.br

Editora Solução
a solução para o seu concurso!

GUARATINGUETÁ-SP

Professor de Educação Básica I – Ensino Fundamental

SL-029NV-26
7901183014002

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários) 7
2. Sinônimos e antônimos. Sentido próprio e figurado das palavras 8
3. Pontuação 9
4. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, artigo, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção – emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem 11
5. Concordância verbal e nominal 21
6. Regência verbal e nominal 25
7. Colocação pronominal 26
8. Crase 28

Matemática

1. Situações-problema envolvendo: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação com números reais nas suas possíveis representações. Mínimo múltiplo comum. Máximo divisor comum 41
2. Porcentagem 54
3. Razão e proporção. Regra de três simples ou composta 56
4. Equações do 1º ou do 2º grau 58
5. Sistema de equações do 1º grau 61
6. Grandezas e medidas – quantidade, tempo, comprimento, superfície, capacidade e massa 62
7. Relação entre grandezas – tabela ou gráfico 68
8. Tratamento da informação – médias aritméticas 72
9. Noções de geometria – forma, ângulos, área, perímetro, volume, teoremas de pitágoras e de tales 72

Conhecimentos Pedagógicos e Legislação

1. Dimensão pedagógica – currículo, planejamento e avaliação da aprendizagem 87
2. O cotidiano escolar e as teorias e metodologias didáticas 90
3. Avaliação no ensino fundamental 94
4. Educação integral 98
5. Dimensão do educando – aprendizagem e socialização 102
6. Concepções de desenvolvimento e aprendizagem 103
7. Infâncias e culturas infantis 109
8. Cultura digital 112
9. O conhecimento no ensino fundamental (anos iniciais) 116
10. Alfabetização e letramento 120
11. Educação matemática 128
12. Currículo, suas áreas de conhecimento e temas transversais do ensino fundamental 132
13. Dimensão social, organizacional e política da escola 136
14. Concepções de educação, de escola e sua função social 139
15. Educação para a democracia, direitos humanos e multiculturalidade na escola 141

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

16. Políticas de inclusão e educação especial 141
17. Educação de jovens e adultos (EJA) 148
18. Docência e identidade profissional 152
19. Legislação educacional 153

Legislação Educacional

1. Constituição da República Federativa do Brasil: Capítulo II, Seção I (Artigos 208 a 214) 159
2. Lei nº 8.069/1990: Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências; Artigos 1º ao 6º, 15 ao 18-B, 53 a 59 e 131 a 137 162
3. Lei nº 9.394/1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional 165
4. Base Nacional Comum Curricular: Introdução, Estrutura da BNCC e A Etapa do Ensino Fundamental – anos iniciais 185
5. Parecer CNE/SEB nº 06/2010: Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos 185
6. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva 202
7. Resolução CNE/CEB nº 07/2010: Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos 208
8. Resolução CNE/CP nº 01/2004: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana 215
9. Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: objetivos de aprendizagem 217

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DIVERSOS TIPOS DE TEXTOS (LITERÁRIOS E NÃO LITERÁRIOS)

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

Conceito de Compreensão

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita , ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema , os fatos e os argumentos centrais.

▸ A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais , que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário :** O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe:** A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.
- **Coesão e coerência:** são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

▸ A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textosnão-verbais , que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores:** As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.
- **Formas e símbolos:** Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.
- **Gestos e expressões:** Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

▸ Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio:** Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

- **Contexto:** O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.
- **Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

Compreensão como Base para a Interpretação

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

A compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

Principais características do texto literário

Há diferença do texto literário em relação ao texto referencial, sobretudo, por sua carga estética. Esse tipo de texto exerce uma linguagem ficcional, além de fazer referência à função poética da linguagem.

Uma constante discussão sobre a função e a estrutura do texto literário existe, e também sobre a dificuldade de se entenderem os enigmas, as ambiguidades, as metáforas da literatura. São esses elementos que constituem o atrativo do texto literário: a escrita diferenciada, o trabalho com a palavra, seu aspecto conotativo, seus enigmas.

A literatura apresenta-se como o instrumento artístico de análise de mundo e de compreensão do homem. Cada época conceituou a literatura e suas funções de acordo com a realidade, o contexto histórico e cultural e, os anseios dos indivíduos daquele momento.

- **Ficcionalidade**: os textos baseiam-se no real, transfigurando-o, recriando-o.
- **Aspecto subjetivo**: o texto apresenta o olhar pessoal do artista, suas experiências e emoções.
- **Ênfase na função poética da linguagem**: o texto literário manipula a palavra, revestindo-a de caráter artístico.
- **Plurissignificação**: as palavras, no texto literário, assumem vários significados.

Principais características do texto não literário

Apresenta peculiaridades em relação a linguagem literária, entre elas o emprego de uma linguagem convencional e denotativa. Além disso, tem como função informar de maneira clara e sucinta, desconsiderando aspectos estilísticos próprios da linguagem literária.

Os diversos textos podem ser classificados de acordo com a linguagem utilizada. Ademais, a linguagem de um texto está condicionada à sua funcionalidade. Quando pensamos nos diversos tipos e gêneros textuais, devemos pensar também na linguagem adequada a ser adotada em cada um deles. Para isso existem a linguagem literária e a linguagem não literária.

Diferente do que ocorre com os textos literários, nos quais há uma preocupação com o objeto linguístico e também com o estilo, os textos não literários apresentam características bem delimitadas para que possam cumprir sua principal missão, que é, na maioria das vezes, a de informar. Quando pensamos em informação, alguns elementos devem ser elencados, como a objetividade, a transparência e o compromisso com uma linguagem não literária, afastando assim possíveis equívocos na interpretação de um texto.

SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS. SENTIDO PRÓPRIO E FIGURADO DAS PALAVRAS

A significação das palavras desempenha um papel fundamental na comunicação humana, sendo essencial para a compreensão precisa e eficaz das mensagens transmitidas. Esse estudo pertence à área da semântica, ramo da linguística que se dedica ao significado das palavras e às relações de sentido que elas estabelecem entre si.

Através do entendimento dessas relações, como sinonímia, antonímia, polissemia, entre outras, é possível aprimorar a interpretação de textos e discursos, evitando ambiguidades e mal-entendidos.

O objetivo deste estudo é explorar as principais classificações de significados e suas interconexões, oferecendo exemplos práticos que ilustram como as palavras podem assumir diferentes funções de acordo com o contexto em que são inseridas.

Ao analisar essas nuances, busca-se proporcionar uma visão mais aprofundada da dinâmica linguística, evidenciando a riqueza e a complexidade da língua portuguesa.

Relações de Sentido

No estudo da semântica, as palavras podem ser classificadas de acordo com as relações de sentido que estabelecem entre si. Essas relações são fundamentais para a construção de significados e para a clareza na comunicação. Entre as principais relações de sentido, destacam-se a sinonímia e a antonímia.

Sinonímia

A sinonímia refere-se à relação entre palavras que possuem significados semelhantes ou próximos. Palavras sinônimas podem ser usadas de forma intercambiável em diferentes contextos, embora nuances de sentido ou grau de formalidade possam variar entre elas. Um exemplo clássico de sinonímia é a relação entre “inteligente” e “esperto”, onde ambas as palavras denotam alguém com rapidez de raciocínio ou habilidade para resolver problemas.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

MATEMÁTICA

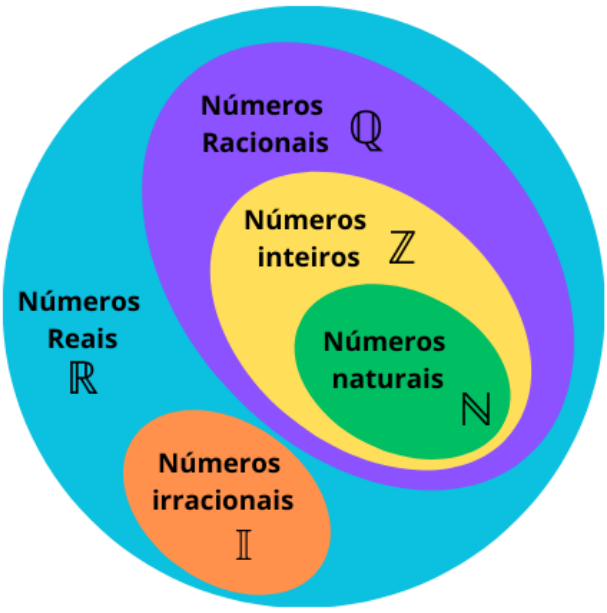
SITUAÇÕES-PROBLEMA ENVOLVENDO: ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO, DIVISÃO, POTENCIAÇÃO E RADICIAÇÃO COM NÚMEROS REAIS NAS SUAS POSSÍVEIS REPRESENTAÇÕES. MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM. MÁXIMO DIVISOR COMUM

Conjuntos Numéricos

O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves {}. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos. Exemplo: ℕ = {0, 1, 2, 3, 4, **...**}.

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.



Conjunto dos Números Naturais (ℕ)

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra N e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como ℕ = {0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, ...}

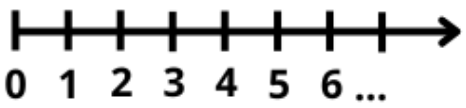
O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

ℕ* = {1, 2, 3, 4...} ou ℕ* = ℕ – {0}: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.

ℕp = {0, 2, 4, 6...}, em que n ∈ ℕ: conjunto dos números naturais pares.

ℕi = {1, 3, 5, 7..}, em que n ∈ ℕ: conjunto dos números naturais ímpares.

P = {2, 3, 5, 7..}: conjunto dos números naturais primos.



- **Operações com Números Naturais**

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

Adição de Números Naturais

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

> ***Exemplo:*** *6 + 4 = 10, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.*

Subtração de Números Naturais

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando a-b tal que a ≥ b.

> ***Exemplo:*** *200 – 193 = 7, onde 200 é o minuendo, 193 é o subtraendo e 7 é a diferença.*

- **Obs.:** o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

Multiplicação de Números Naturais

É a operação que visa adicionar o primeiro número, denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número, chamado multiplicador.

> ***Exemplo:*** *3 x 5 = 15, onde 3 e 5 são os fatores e 15 é o produto.*

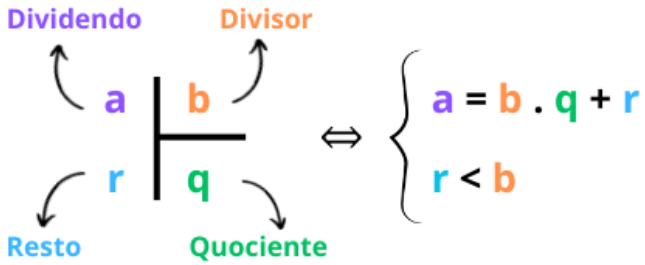
Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

- 3 vezes 5 é somar o número 3 cinco vezes: 3 x 5 = 3 + 3 + 3 + 3 + 3 = 15. Podemos no lugar do "x" (vezes) utilizar o ponto ". ", para indicar a multiplicação).

Divisão de Números Naturais

Dados dois números naturais, às vezes precisamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número, que é o maior, é chamado de dividendo, e o outro número, que é menor, é o divisor. O resultado da divisão é chamado de quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente e somarmos o resto, obtemos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural de forma exata. Quando a divisão não é exata, temos um resto diferente de zero.



Princípios fundamentais em uma divisão de números naturais

- **Em uma divisão exata de números naturais, o divisor deve ser menor do que o dividendo. 45 :** 9 = 5
- Em uma divisão exata de números naturais, o dividendo é o produto do divisor pelo quociente. 45 = 5 x 9
- **A divisão de um número natural n por zero não é possível, pois, se admitíssemos que o quociente fosse q, então poderíamos escrever:** n ÷ 0 = q e isto significaria que: n = 0 x q = 0 o que não é correto! Assim, a divisão de n por 0 não tem sentido ou ainda é dita impossível.

Propriedades da Adição e da Multiplicação dos números Naturais

Para todo a, b e c em ℕ

- **1) Associativa da adição:** (a + b) + c = a + (b + c)
- **2) Comutativa da adição:** a + b = b + a
- **3) Elemento neutro da adição:** a + 0 = a
- **4) Associativa da multiplicação:** (a.b).c = a. (b.c)
- **5) Comutativa da multiplicação:** a.b = b.a
- **6) Elemento neutro da multiplicação:** a.1 = a
- **7) Distributiva da multiplicação relativamente à adição:** a.(b + c) = ab + ac
- **8) Distributiva da multiplicação relativamente à subtração:** a .(b – c) = ab – ac
- **9) Fechamento:** tanto a adição como a multiplicação de um número natural por outro número natural, continua como resultado um número natural.

Exemplos:

1) Em uma gráfica, a máquina utilizada para imprimir certo tipo de calendário está com defeito, e, após imprimir 5 calendários perfeitos (P), o próximo sai com defeito (D), conforme mostra o esquema.

Considerando que, ao se imprimir um lote com 5 000 calendários, os cinco primeiros saíram perfeitos e o sexto saiu com defeito e que essa mesma sequência se manteve durante toda a impressão do lote, é correto dizer que o número de calendários perfeitos desse lote foi

(A) 3 642.
(B) 3 828.
(C) 4 093.
(D) 4 167.
(E) 4 256.

Solução: **Resposta: D.**

Vamos dividir 5000 pela sequência repetida (6):

5000 / 6 = 833 + resto 2.

Isto significa que saíram 833. 5 = 4165 calendários perfeitos, mais 2 calendários perfeitos que restaram na conta de divisão.

Assim, são 4167 calendários perfeitos.

▪ **2)** João e Maria disputaram a prefeitura de uma determinada cidade que possui apenas duas zonas eleitorais. Ao final da sua apuração o Tribunal Regional Eleitoral divulgou a seguinte tabela com os resultados da eleição. A quantidade de eleitores desta cidade é:

	1ª Zona Eleitoral	2ª Zona Eleitoral
João	1750	2245
Maria	850	2320
Nulos	150	217
Brancos	18	25
Abstenções	183	175

(A) 3995
(B) 7165
(C) 7532
(D) 7575
(E) 7933

Solução: **Resposta: E.**

Vamos somar a 1ª Zona: 1750 + 850 + 150 + 18 + 183 = 2951

2ª Zona: 2245 + 2320 + 217 + 25 + 175 = 4982

Somando os dois: 2951 + 4982 = 7933

Conjunto dos Números Inteiros (ℤ)

O conjunto dos números inteiros é denotado pela letra maiúscula Z e compreende os números inteiros negativos, positivos e o zero.

ℤ = {..., -4, -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3, 4,...}

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS E LEGISLAÇÃO

DIMENSÃO PEDAGÓGICA – CURRÍCULO, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

PLANEJAMENTO EDUCACIONAL: CONCEPÇÃO, NÍVEIS E INSTRUMENTOS

- **Natureza e finalidades do planejamento**

Planejar como ato intencional e reflexivo

Planejar, no campo educacional, é antecipar de modo organizado o que será feito, por que será feito, com quais meios e com quais resultados esperados, de maneira que a ação pedagógica deixe de ser uma sucessão de improvisos e passe a obedecer a uma intencionalidade explícita. O planejamento não se confunde com o preenchimento de formulários nem com a transcrição de listas de conteúdos. Ele é um processo de tomada de decisão que exige diagnóstico da realidade, definição de finalidades, escolha de caminhos e previsão de formas de acompanhamento. Por essa razão, é descrito como atividade contínua, que se inicia antes da ação, acompanha seu desenvolvimento e se completa na reflexão posterior, realimentando as decisões seguintes. Um plano bem construído funciona como hipótese de trabalho, sujeita a revisão sempre que a realidade da turma indicar que o caminho previsto não conduz aos objetivos pretendidos.

Planejamento, currículo e gestão democrática

A legislação educacional brasileira atribui ao planejamento uma dimensão coletiva. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional determina que os estabelecimentos de ensino elaborem e executem sua proposta pedagógica, e que os docentes participem da elaboração dessa proposta e cumpram o plano de trabalho segundo ela. Isso significa que o plano individual do professor não nasce isolado: deriva de um projeto da escola, que por sua vez se articula ao currículo do sistema de ensino e às diretrizes nacionais. A gestão democrática, princípio constitucional do ensino público, reforça essa lógica ao exigir a participação de profissionais da educação, estudantes e comunidade nas decisões que definem prioridades, tempos e formas de organização do trabalho escolar. Planejar, portanto, é também negociar sentidos e responsabilidades com os demais sujeitos da escola.

- **Níveis e instrumentos de planejamento**

Do sistema de ensino ao plano de aula

O planejamento educacional se organiza em níveis que se encadeiam de modo hierárquico e, ao mesmo tempo, recíproco. No nível mais amplo situam-se os planos de educação, que fixam metas e diretrizes para um território e um período. Em seguida aparece o projeto político-pedagógico, que traduz essas metas para a identidade de cada escola. Abaixo dele estão o plano de ensino de cada componente curricular e, no nível mais próximo da sala de aula, o plano de aula ou de sequência didática. A tabela apresentada abaixo compara esses instrumentos segundo abrangência, responsável principal e horizonte temporal, permitindo perceber que cada nível delimita o espaço de decisão do seguinte sem eliminá-lo.

Instrumento	Abrangência	Responsável principal	Horizonte temporal
Plano de educação	Município, estado ou país	Poder público com participação social	Plurianual (de uma década, em geral)
Projeto político-pedagógico	Toda a escola	Equipe gestora, docentes e comunidade	Plurianual, com revisão periódica
Plano de ensino	Um componente curricular	Docente ou equipe da área	Ano ou semestre letivo
Plano de aula ou sequência didática	Uma aula ou conjunto de aulas	Docente	Dias ou semanas

A leitura da tabela mostra que a coerência entre níveis é condição de qualidade. Um plano de aula brilhante, mas desconectado do plano de ensino e do projeto da escola, tende a produzir experiências isoladas, sem acúmulo de aprendizagens. Inversamente, um projeto político-pedagógico que nunca chega ao plano de aula permanece como documento formal, sem efeito sobre o que os estudantes de fato vivenciam. A articulação vertical entre os níveis, somada à articulação horizontal entre componentes e turmas, é o que confere unidade ao trabalho pedagógico.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Diagnóstico como ponto de partida

Todo plano de ensino parte de um diagnóstico que reúna informações sobre os estudantes, o contexto da escola e as condições materiais disponíveis. Do ponto de vista dos estudantes, interessam os conhecimentos prévios, os ritmos de aprendizagem, os interesses e as experiências culturais que trazem para a sala. Do ponto de vista institucional, importam o calendário, o espaço físico, os recursos tecnológicos e a composição das turmas. Sem esse levantamento, os objetivos tendem a ser formulados em abstrato, e os recursos escolhidos podem ser inviáveis ou irrelevantes. O diagnóstico não precisa ser extenso para ser útil: uma conversa orientada, uma atividade inicial de sondagem e a leitura dos registros de períodos anteriores já oferecem base suficiente para calibrar o ponto de partida.

Elaboração do plano de ensino: objetivos, conteúdos e procedimentos

▸ Objetivos de aprendizagem como eixo do plano

Formulação de objetivos observáveis

O objetivo de aprendizagem descreve o que o estudante será capaz de fazer, compreender ou valorizar ao final de um percurso, e não o que o professor pretende apresentar. Essa mudança de foco, do ensino para a aprendizagem, é decisiva, pois um objetivo centrado na ação docente (por exemplo, expor determinado tema) não permite verificar se algo foi aprendido. Um objetivo bem formulado contém um verbo que indique desempenho observável, o conteúdo sobre o qual ele incide e, quando pertinente, a condição ou o critério de realização. Verbos como identificar, comparar, justificar, produzir e aplicar expressam processos cognitivos distintos e orientam a escolha de atividades. Já verbos genéricos, como conhecer ou entender, deixam o desempenho esperado indeterminado e dificultam tanto o planejamento das atividades quanto a avaliação posterior.

Níveis de complexidade cognitiva

Os objetivos de um mesmo plano raramente devem concentrar-se em um único nível de exigência cognitiva. As taxonomias dos objetivos educacionais distinguem processos que vão da lembrança de informações até a análise, a avaliação crítica e a criação de produtos originais, e essa gradação ajuda o docente a verificar se o percurso proposto oferece desafios variados. Um plano que se limita a pedir a reprodução de definições empobrece a formação, enquanto outro que exige apenas criação, sem garantir que os fundamentos tenham sido compreendidos, pode produzir frustração. O equilíbrio consiste em estabelecer objetivos que se apoiem uns nos outros, de modo que a compreensão de conceitos sustente a aplicação em situações novas e esta, por sua vez, alimente a reflexão crítica sobre limites e alternativas.

▸ Conteúdos, procedimentos e recursos

Seleção e sequenciação dos conteúdos

Selecionar conteúdos significa decidir o que merece ocupar o tempo escolar, considerando relevância social, valor formativo, articulação com o currículo e adequação ao nível de desenvolvimento dos estudantes. A sequenciação, por sua vez, define a ordem em que os conteúdos aparecem, e pode obedecer a critérios diversos: do simples ao complexo, do concreto ao abstrato, do conhecido ao desconhecido ou da visão de conjunto para os detalhes. Nenhum desses critérios é universalmente superior, e a escolha depende da natureza do conteúdo e do perfil da turma. Importa, sobretudo, evitar listas que justaponham tópicos sem relação entre si. Cada unidade deve explicitar a que ideia central se refere, de modo que os estudantes percebam o fio condutor que liga as aulas e o próprio docente possa avaliar o que foi consolidado.

Procedimentos metodológicos e recursos didáticos

A metodologia traduz os objetivos em atividades concretas, e a coerência entre ambos é o principal critério de qualidade. Se o objetivo é que os estudantes argumentem, a aula precisa oferecer situações de debate e produção argumentativa, e não apenas exposição. Entre os recursos disponíveis, incluem-se o quadro, o livro didático, textos autênticos, materiais manipuláveis, recursos audiovisuais, ambientes virtuais e espaços externos à sala. A lista apresentada abaixo reúne decisões que o docente deve registrar ao definir os procedimentos de uma sequência, para que o plano permaneça executável e verificável.

- Organização do tempo, com a distribuição das atividades entre introdução, desenvolvimento e fechamento.
- Formas de agrupamento dos estudantes, alternando trabalho individual, em duplas e em grupos.
- Materiais e recursos necessários, com verificação prévia de disponibilidade e funcionamento.
- Adaptações previstas para estudantes que demandem apoios específicos ao acesso ao conteúdo.
- Momentos de verificação da aprendizagem integrados às atividades, e não apenas posteriores a elas.

Cada decisão da lista interfere nas demais. A escolha de trabalhar em grupos, por exemplo, exige mais tempo e organização do espaço, e a previsão de adaptações depende de conhecer previamente as necessidades da turma. Um plano que explicita essas relações torna-se um instrumento de gestão da sala de aula e facilita a comunicação com a coordenação pedagógica e com outros docentes que atuem na mesma turma.

Avaliação da aprendizagem: concepções e funções

▸ Avaliar para além de medir

Distinção entre medir, verificar e avaliar

Medir é atribuir um valor numérico a um desempenho, verificar é constatar se determinado resultado foi ou não alcançado, e avaliar é emitir um juízo de valor fundamentado, que orienta decisões sobre o que fazer em seguida. A confusão entre esses termos explica boa parte das práticas que reduzem a

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: CAPÍTULO II, SEÇÃO I (ARTIGOS 208 A 214)

Educação

A educação é tratada nos artigos 205 a 214, da Constituição. Constituindo-se em um direito de todos e um dever do Estado e da família, a educação visa ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Organização dos Sistemas de Ensino:

Prevê o Art. 211, da CF, que: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

ENTE FEDERADO	ÂMBITO DE ATUAÇÃO (PRIORITÁRIA)
União	Ensino **superior e técnico**
Estados e DF	Ensino **fundamental e médio**
Municípios	Educação **infantil e ensino fundamental**

https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Zf8RGtlpQiwJ:https://www.grancursosonline.com.br/download-demonstrativo/download-aula-pdf-demo/codigo/47mLWGgdrdc%253D+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=b

CAPÍTULO III
DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

SEÇÃO I
DA EDUCAÇÃO

(...)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré - escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§2º O não - oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer - lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;

II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

§4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de forma a assegurar a universalização, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§6º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão ação redistributiva em relação a suas escolas.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§7º O padrão mínimo de qualidade de que trata o §1º deste artigo considerará as condições adequadas de oferta e terá como referência o Custo Aluno Qualidade (CAQ), pactuados em regime de colaboração na forma disposta em lei complementar, conforme o parágrafo único do art. 23 desta Constituição.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§2º Para efeito do cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário - educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)(Vide Decreto nº 6.003, de 2006)

§6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário - educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§7º É vedado o uso dos recursos referidos no caput e nos §§5º e 6º deste artigo para pagamento de aposentadorias e de pensões.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§8º Na hipótese de extinção ou de substituição de impostos, serão redefinidos os percentuais referidos no caput deste artigo e no inciso II do caput do art. 212 - A, de modo que resultem recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, bem como os recursos subvinculados aos fundos de que trata o art. 212 - A desta Constituição, em aplicações equivalentes às anteriormente praticadas.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§9º A lei disporá sobre normas de fiscalização, de avaliação e de controle das despesas com educação nas esferas estadual, distrital e municipal.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212 - A. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições:(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020) Regulamento

I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a instituição, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de natureza contábil;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

II - os fundos referidos no inciso I do caput deste artigo serão constituídos por 20% (vinte por cento):(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

a) das parcelas dos Estados no imposto de que trata o art. 156 - A;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

b) da parcela do Distrito Federal no imposto de que trata o art. 156 - A, relativa ao exercício de sua competência estadual, nos termos do art. 156 - A, §2º; e(Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

c) dos recursos a que se referem os incisos I, II e III do caput do art. 155, o inciso II do caput do art. 157, os incisos II, III e IV do caput do art. 158 e as alíneas "a" e "b" do inciso I e o inciso II do caput do art. 159 desta Constituição;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

III - os recursos referidos no inciso II do caput deste artigo serão distribuídos entre cada Estado e seus Municípios, proporcionalmente ao número de alunos das diversas etapas e modalidades da educação básica presencial matriculados nas respectivas redes, nos âmbitos de atuação prioritária, conforme estabelecido nos §§2º e 3º do art. 211 desta Constituição, observadas as ponderações referidas na alínea "a" do inciso X do caput e no §2º deste artigo;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

IV - a União complementará os recursos dos fundos a que se refere o inciso II do caput deste artigo;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

V - a complementação da União será equivalente a, no mínimo, 23% (vinte e três por cento) do total de recursos a que se refere o inciso II do caput deste artigo, distribuída da seguinte forma:(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

a) 10 (dez) pontos percentuais no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, sempre que o valor anual por aluno (VAAF), nos termos do inciso III do caput deste artigo, não alcançar o mínimo definido nacionalmente;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

b) no mínimo, 10,5 (dez inteiros e cinco décimos) pontos percentuais em cada rede pública de ensino municipal, estadual ou distrital, sempre que o valor anual total por aluno (VAAT), referido no inciso VI do caput deste artigo, não alcançar o mínimo definido nacionalmente;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Editora Solução
a solução para o seu concurso!



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!